

**DIVISÃO
ADMINISTRATIVA
FINANCEIRA E
CONTRATAÇÃO**

31-03-2025

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

Largo Dr. Campos Monteiro / 5160-303 Torre de Moncorvo / Portugal

tf 279 200 221 fx 279 200 240 / geral@torredemoncorvo.pt

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

(Em cumprimento da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º, conjugado com os artigos 112.º a 127.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual

“Instalação de Painel Informativo com Carregador Elétrico para Viaturas”

Consulta Prévia.07.2025. DAFC - Informática Comunicação Digital e Multimédia

Valor Base: 59.170,00 €

Prazo: 90 dias

CPV: 31610000-5 Equipamento eléctrico para motores e veículos



CADERNO DE
ENCARGOS

31-03-2025

Cláusulas Jurídicas

Parte I

Capítulo I

Disposições iniciais

CLÁUSULA 1.ª Enquadramento

1. O presente procedimento, de acordo com a descrição apresentada nas Especificações Técnicas – Parte II do presente Caderno de Encargos, tem por objeto as prestações abrangidas por um contrato de Aquisição de 3 pontos de carregamento, designadamente **“Instalação de Painele Informativo com Carregador Eléctrico para Viaturas”**.
2. Na aquisição, observar-se-ão as cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante.
 1. Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos neste Caderno de Encargos, fica o Fornecedor/Prestador de Serviços obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com o objeto do contrato.
 2. A responsabilidade por todos os Bens/serviços fornecidos/prestados incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do concorrente e só dele, não reconhecendo o Município de Torre de Moncorvo (doravante designada por Entidade Adjudicante) a existência de quaisquer outros que trabalhem por conta ou em combinação com o Fornecedor/Prestador de Serviços.
 3. Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Caderno de Encargos, serão observadas as disposições constantes das normas legais em vigor.

CLÁUSULA 2.ª Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do procedimento pré-contratual por consulta prévia que tem por objeto principal a **“Candidatura BCD – “Instalação de Painele Informativo com Carregador Eléctrico para Viaturas”**, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023, de 14 de julho (doravante designado abreviadamente por CCP), nas condições definidas nas Cláusulas Técnicas descritas na Parte II do presente Caderno de Encargos.
2. O objeto do contrato a celebrar encontra-se classificado, de acordo com o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), aprovado como anexo ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão Europeia, de 28 de novembro de 2007, com o seguinte código: - **CPV: 31610000-5 Equipamento eléctrico para motores e veículos**.

CLÁUSULA 3.ª Contrato



CADERNO DE ENCARGOS

31-03-2025

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - 2.1. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - 2.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - 2.3. O presente Caderno de Encargos;
 - 2.4. A proposta adjudicada;
 - 2.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 4.ª Prazo e Isenções

1. O prazo para execução e instalação é **de 90 (noventa) dias, com início no dia** da assinatura do contrato.
2. O **contrato mantém-se em vigor durante o período de 15 anos** a contar da data de celebração do contrato, em conformidade com os respetivos termos e condições, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da cessação do mesmo.
3. O período dos 15 anos a que se refere a alínea anterior, inicia-se com a celebração do contrato e não de forma individual por posto de carreamento.
4. Isenção de taxas de licença e OVP (ocupação via pública) durante o prazo do contrato.
5. Findo o prazo contratual o mesmo pode ser **prorrogável por mais 5 (cinco anos)**.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do Fornecedor/Prestador de Serviços

CLÁUSULA 5.ª Obrigações principais do Fornecedor/Prestador de Serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Fornecedor/Prestador de Serviços as seguintes obrigações principais:
 - 1.1. Fornecer os Bens/serviços fornecidos/prestados identificados na sua proposta, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas Cláusulas Técnicas – Parte II, do presente Caderno de Encargos;
 - 1.2. Executar um serviço de qualidade, de acordo com o previamente contratualizado, prestando informações detalhadas sempre que solicitadas pela Entidade Adjudicante;



CADERNO DE ENCARGOS

31-03-2025

- 1.3. Garantir que o fornecimento/serviços a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- 1.4. Cumprir os prazos contratualizados para a execução de Bens/serviços fornecidos/prestados;
- 1.5. Esclarecer a Entidade Adjudicante em quaisquer dúvidas relacionadas com o objeto do contrato;
- 1.6. Manter a validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da sua atividade;
- 1.7. Cumprir com o disposto no artigo 419.º-A do CCP, no que respeita aos trabalhadores afetos aos Bens/serviços fornecidos/prestados;
- 1.8. Conduzir a execução do contrato com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- 1.9. Responsabilizar-se por todos os danos causados à Entidade Adjudicante relativos aos Bens/serviços fornecidos/prestados e que resultem da ação ou omissão do(s) seu(s) profissional(ais);
- 1.10. Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Entidade Adjudicante;
- 1.11. Cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis, e não intervir na celebração de contratos que as violem;
- 1.12. Cumprir e fazer cumprir as normas legais aplicáveis à execução de Bens/serviços fornecidos/prestados;
- 1.13. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Entidade Adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução de Bens/serviços fornecidos/prestados objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a Entidade Adjudicante. Sempre que houver interrupção da execução de Bens/serviços fornecidos/prestados não programada, o Fornecedor/Prestador de Serviços emitirá, no prazo de 10 (dez) dias após a interrupção, um relatório com informação sobre os motivos da mesma, e proposta de calendarização alternativa;
- 1.14. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- 1.15. Disponibilizar à Entidade Adjudicante a informação relevante para a gestão dos contratos;
- 1.16. Comunicar à Entidade Adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a execução de Bens/serviços fornecidos/prestados, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- 1.17. Responsabilizar-se quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução de Bens/serviços fornecidos/prestados, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a Entidade Adjudicante vier a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o Fornecedor/Prestador de Serviços indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;
- 1.18. Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
- 1.19. De modo a cumprir com o definido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023, de 25/10, deve assegurar que toda a documentação a enviar à Entidade Adjudicante é feita por meios eletrónicos ou, em alternativa, utilizar papéis de



CADERNO DE ENCARGOS

31-03-2025

gramagem mais baixa e de papel reciclado, desde que não comprometa a qualidade da impressão, bem como a utilização de tinteiros/toners reciclados.

2. A título acessório, o Fornecedor/Prestador de Serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e demais meios que sejam necessários e adequados à execução dos Bens/serviços fornecidos/prestados identificados na sua proposta, bem como ao estabelecimento do sistema de organização indispensável à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 6.ª Conformidade da execução de Bens/serviços fornecidos/prestados

1. O Fornecedor/Prestador de Serviços obriga-se a executar os Bens/serviços fornecidos/prestados objeto do presente procedimento nos termos, condições e prazos acordados, em completa observância do prescrito neste Caderno de Encargos e na proposta apresentada.
2. Todos os Bens/serviços fornecidos/prestados devem ser executados em perfeitas condições para os fins a que se destinam e devidamente instruídos pelos documentos que sejam necessários para a sua boa e integral utilização, incluindo instruções/especificações e outros.
3. O Fornecedor/Prestador de Serviços é responsável, perante a Entidade Adjudicante, por qualquer discrepância verificada entre as condições de contratação de Bens/serviços fornecidos/prestados por si definidos e as efetivamente contratadas.

CLÁUSULA 7.ª Controlo da execução, acompanhamento e inspeção

1. A Entidade Adjudicante designará um gestor do contrato, que disporá de poderes bastantes para resolver todas as questões que lhe sejam colocadas pelo Fornecedor/Prestador de Serviços e o qual fará o acompanhamento da execução dos Bens/serviços fornecidos/prestados.
2. O acompanhamento da execução do contrato será efetuado sempre a entidade adjudicante o julgue conveniente, diretamente pelo gestor do contrato, ou por representante por si designado.
3. Durante o acompanhamento da execução de Bens/serviços fornecidos/prestados objeto do contrato, a Entidade Adjudicante, através do gestor do contrato, ou alguém designado por este, procederá à inspeção daqueles, com vista a verificar se estão em conformidade com as condições estabelecidas nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos e de modo a aferir se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais que se encontram definidos nas citadas Cláusulas Técnicas e os que constam mencionados na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
4. Durante a fase de inspeção e execução dos Bens/serviços fornecidos/prestados a que se refere o número anterior, o Fornecedor/Prestador de Serviços deve facultar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, bem como livre acesso a toda a documentação produzida no âmbito da execução do contrato, podendo fazer-se representar por pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
5. O Fornecedor/Prestador de Serviços obriga-se a que o gestor do contrato superintenda e acompanhe regularmente a execução de Bens/serviços fornecidos/prestados e se mantenha permanentemente informado sobre o estado da sua execução e sobre os



CADERNO DE ENCARGOS

31-03-2025

aspectos técnicos com ela relacionados, esteja presente durante as ações de acompanhamento e preste todos os esclarecimentos requeridos sobre a execução técnica do contrato;

6. A Entidade Adjudicante poderá impor a substituição do gestor do contrato quando este, de forma reiterada, faltar ao cumprimento das suas obrigações ou demonstrar falta de conhecimento das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, de que resulte prejuízo para o bom e atempado cumprimento das obrigações do Fornecedor/Prestador de Serviços.

7. O Fornecedor/Prestador de Serviços não pode invocar qualquer tipo de pretexto resultante de desconhecimento da natureza, importância dos Bens/serviços fornecidos/prestados a realizar, para atenuar a responsabilidade que assume com a execução do contrato.

CLÁUSULA 8.ª Inoperacionalidade ou discrepâncias

1. Se no decorrer da execução do contrato não se comprovar a total operacionalidade dos Bens/serviços fornecidos/prestados objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas Técnicas, a Entidade Adjudicante deve de isso informar, por escrito, o Fornecedor/Prestador de Serviços.

2. No caso previsto no número anterior, o Fornecedor/Prestador de Serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às alterações necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3. Após o Fornecedor/Prestador de Serviços proceder às correções necessárias, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante efetua uma nova inspeção de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

4. São excluídos de garantia todas discrepâncias que notoriamente resultarem de utilização abusiva ou de negligência da Entidade Adjudicante, bem como todas as anomalias resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou força maior.

5. Em caso de anomalia detetada no objeto do contrato, o Fornecedor/Prestador de Serviços compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento de honorários devidos, se a anomalia resultar de facto que não lhe seja imputável.

CLÁUSULA 9.ª Confidencialidade e proteção de dados pessoais

1. O Fornecedor/Prestador de Serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Fornecedor/Prestador de Serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido das entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

3. As partes só podem divulgar as informações referidas nos números anteriores, na medida em que tal seja estritamente necessário à execução do contrato, mediante autorização da parte que as haja prestado, ou se forem estritamente necessárias ao exercício do direito de defesa em processo contencioso.

**CADERNO DE
ENCARGOS**

31-03-2025

4. No caso previsto no número anterior, as partes devem garantir, em reciprocidade e em condições satisfatórias, a assunção, por escrito, de idêntico compromisso de confidencialidade pelos terceiros que acedam às informações abrangidas pelo dever de confidencialidade.
5. São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos a qualquer uma das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento dos trabalhos objeto deste Caderno de Encargos.
6. Cada uma das Partes obriga-se expressamente a tratar e manter de forma absolutamente confidencial toda a informação privilegiada de que venha a tomar conhecimento, abstendo-se de a revelar, total ou parcialmente.
7. As Partes obrigam-se expressamente a utilizar a Informação Privilegiada única e exclusivamente para os efeitos do presente procedimento, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto e independentemente dos fins, quer em benefício próprio quer de terceiro.
8. O Fornecedor/Prestador de Serviços obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
9. Os dados pessoais a que o Fornecedor/Prestador de Serviços tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.
10. O Fornecedor/Prestador de Serviços compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.
11. As Partes mais se obrigam a garantir que a obrigação de confidencialidade aqui prevista será respeitada pelos seus trabalhadores, colaboradores e/ou qualquer pessoa que, em razão do trabalho ou serviço que preste, possa ter acesso a tal informação.
12. O Fornecedor/Prestador de Serviços será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência da quebra de confidencialidade, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no presente contrato.
13. O Fornecedor/Prestador de Serviços obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, a cumprir o disposto na Lei da Proteção de dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto) que assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, designado abreviadamente por Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), nomeadamente a:
 - 13.1. Utilizar e tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;



CADERNO DE ENCARGOS

31-03-2025

- 13.2. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- 13.3. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- 13.4. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- 13.5. Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção e tratamento dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- 13.6. Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- 13.7. Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no caderno de encargos.
14. O Fornecedor/Prestador de Serviços obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais e no RGPD e demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o Fornecedor/Prestador de Serviços celebre com outras entidades por si subcontratadas.
15. O Fornecedor/Prestador de Serviços será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
16. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste Serviços ao Fornecedor/Prestador de Serviços, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de Serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Fornecedor/Prestador de Serviços e o referido colaborador.
17. No caso em que o Fornecedor/Prestador de Serviços seja autorizado pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

CLÁUSULA 10.^a Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 11.^a Conflitos de interesses e imparcialidade



CADERNO DE ENCARGOS

31-03-2025

1. O Fornecedor/Prestador de Serviços deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com todas as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito de interesses da Entidade Adjudicante.
2. O Fornecedor/Prestador de Serviços obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão, do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a Entidade Adjudicante ou para os seus direitos e interesses.

Secção II

Obrigações da Entidade Adjudicante

CLÁUSULA 12.^a Obrigações principais da Entidade Adjudicante

1. Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:
 - 1.1. Efetuar o controlo da qualidade da execução de Bens/serviços fornecidos/prestados, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas, funcionais, de segurança, entre outras, contratadas.
 - 1.2. Monitorizar a execução de Bens/serviços fornecidos/prestados, em períodos regulares, designadamente medir o grau de execução das atividades, anotar os desvios detetados, identificar as causas, solicitando ao Fornecedor/Prestador de Serviços a introdução de medidas corretivas, se aplicável;
 - 1.3. Cooperar, prestando com exatidão e atempadamente todas informações necessárias, indicando, entre outras, as circunstâncias que conheça e que razoavelmente deva ter por significativas alterações inerentes ao contrato a celebrar e documentos originais necessários à execução dos Bens/serviços fornecidos/prestados;
 - 1.4. Conceder ao Fornecedor/Prestador de Serviços o acesso a documentos necessários à execução dos Bens/serviços fornecidos/prestados;
 - 1.5. Reunir com o Fornecedor/Prestador de Serviços sempre que tal lhe seja solicitado;
 - 1.6. Efetuar, nos prazos contratualmente fixados, os pagamentos das quantias devidas e quaisquer outros encargos da sua responsabilidade.

CLÁUSULA 13.^a Preço contratual

1. Pela execução dos Bens/serviços fornecidos/prestados objeto do presente procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante obriga-se a pagar ao Fornecedor/Prestador de Serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço contratual não poderá exceder o valor base de **59.170,00 € (Cinquenta e nove mil cento e setenta euros)**, acrescido de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, sendo esse o preço máximo que a Entidade Adjudicante está disposta a pagar pela execução integral dos Bens/serviços fornecidos/prestados que constituem o objeto do contrato a celebrar.
3. O preço referido no número 2 desta cláusula, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante e que o concorrente prevê realizar na prestação de Bens/serviços



CADERNO DE ENCARGOS

31-03-2025

fornecidos/prestados, despesas de alojamento, mão-de-obra, alimentação, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como a utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

CLÁUSULA 14.^a Faturação eletrónica e Condições de Pagamento

1. A quantia devida pelo Município de Torre de Moncorvo, nos termos das cláusulas anteriores, deve ser paga no **prazo de 30 (trinta) dias**, após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, sendo a mesma validada pelo Gestor do Contrato.
2. Da fatura deverá constar, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro/2, na sua redação atual, o número de compromisso, para além dos elementos constantes do artigo 299.º-B do CCP, na sua redação atual.
3. Para que possa enviar as suas faturas eletrónicas em cumprimento da legislação em vigor, o Município de Torre de Moncorvo celebrou um contrato com o **iLink EDI e Faturas Eletrónicas**, acessível em <https://www.ilink.pt>, permitindo que os nossos fornecedores tenham isenção de custos de transação na utilização da solução para envio das faturas ao Município de Torre de Moncorvo.
4. O prestador de serviços, deverá remeter para o Município de Torre de Moncorvo as respetivas faturas eletrónicas, **com o iLink EDI e Faturas Eletrónicas**.
5. Até 31 de dezembro de 2025, o prestador de serviços poderá utilizar mecanismos diferentes dos previsto no artigo 299.º-B do CCP, se se tratar de uma micro, pequena e média empresa, conforme o estipulado no Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março.
6. Para efeitos do número anterior, o prestador de serviços deverá remeter a fatura para correio eletrónico fatura.e@torredemoncorvo.pt.
7. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 dias após a apresentação da sua fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.
8. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, o Gestor do Contrato deve comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
9. Desde que devidamente emitida, e observado o disposto nas cláusulas anteriores, a fatura é paga através de transferência bancária, para o IBAN que seja indicado pelo prestador de serviços.
10. Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas, a presente cláusula não autoriza o prestador de serviços a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe sejam incumbidas, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do CCP.

CLÁUSULA 15.^a Pagamentos e Carregamentos

Com a celebração do contrato, bem como pelo cumprimento de demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Adjudicatário pagará ao Município de Torre de Moncorvo, mensalmente o valor correspondente à percentagem de retribuição apurada de 15% da Faturação Mensal.



**CADERNO DE
ENCARGOS**

31-03-2025

Condições de pagamento

1. Por cada carregamento realizado por posto, o valor faturado ao utilizador é composto por diferentes componentes da mobilidade elétrica devidamente regulamentados:

- a) **Energia** - Valor a faturar pela energia consumida durante o carregamento efetuado através de um cartão;
- b) **Tarifas OPC** - valor faturado pelo Operador de Ponto de Carregamento (OPC) onde é realizado o carregamento do veículo.
- c) **Taxas e Impostos**
- d) **Tarifa Acesso às Redes**

2. Estes valores serão revistos a cada ano civil (janeiro) durante a execução do presente contrato.

11. Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas, a presente cláusula não autoriza o Fornecedor/Prestador de Serviços a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe sejam incumbidas, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do CCP.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

CLÁUSULA 16.ª Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do Fornecedor/Prestador de Serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento e dos danos causados, e por valor equivalente ao(s) limite(s) máximo(s) legalmente aplicável(eis), nos seguintes termos:

1.1. Pelo incumprimento dos prazos nos termos contratados, serão aplicadas multas que incidirão sobre o valor contratual global da prestação de Bens/serviços fornecidos/prestados de 0,3% por cada dia de atraso nos prazos estabelecidos.

2. A dedução da importância das multas aplicadas nos termos da alínea anterior, será efetuada aquando do pagamento, sendo nesta altura feitos os acertos necessários.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Fornecedor/Prestador de Serviços e as consequências do incumprimento.

4. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329º do CCP.

6. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do Fornecedor/Prestador de Serviços.



CADERNO DE ENCARGOS

31-03-2025

8. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

CLÁUSULA 17.ª Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Fornecedor/Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Fornecedor/Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;

3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Fornecedor/Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

3.3. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Fornecedor/Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo Fornecedor/Prestador de Serviços, de normas legais;

3.5. Incêndios ou inundações, com origem nas instalações do Fornecedor/Prestador de Serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Fornecedor/Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;

3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais, afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 18.ª Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Fornecedor/Prestador de Serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos nos artigos 333.º e 448.º por remissão do artigo 451.º, todos do CCP, designadamente, nos casos de:

1.1. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Fornecedor/Prestador de Serviços;

1.2. Oposição reiterada do Fornecedor/Prestador de Serviços ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;



CADERNO DE ENCARGOS

31-03-2025

- 1.3. Incumprimento, por parte do Fornecedor/Prestador de Serviços e/ou do(s) colaborador(es) por ele a afetar, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas pelos representantes da entidade adjudicante no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução dos Bens/serviços fornecidos/prestados;
- 1.4. Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na Lei ou no Contrato;
- 1.5. Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- 1.6. O Fornecedor/Prestador de Serviços se apresentar à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.
2. A Entidade Adjudicante também pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, conforme artigos 335.º e 336.º do CCP.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Fornecedor/Prestador de Serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante, podendo o Fornecedor/Prestador de Serviços pronunciar-se sobre a resolução do contrato, a título sancionatório, nos termos previstos na Lei.

CLÁUSULA 19.ª Resolução por parte do Fornecedor/Prestador de Serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o Fornecedor/Prestador de Serviços pode resolver o contrato em caso de:
 - 1.1. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - 1.2. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adjudicante;
 - 1.3. Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante, por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso à arbitragem.
3. Nos casos previstos no ponto 1.3., o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada pelo Fornecedor/Prestador de Serviços à Entidade Adjudicante, a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Fornecedor/Prestador de Serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Capítulo IV Resolução de litígios



**CADERNO DE
ENCARGOS**

31-03-2025

CLÁUSULA 20.^a Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo da área de jurisdição da Entidade Adjudicante, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V Disposições finais

CLÁUSULA 21.^a Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação do Fornecedor/Prestador de Serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos dos artigos 316.º e seguintes do CCP.
2. Em caso de incumprimento pelo cocontratante, das suas obrigações, em que estejam reunidos os pressupostos para a resolução do contrato, admite-se a possibilidade de o cocontratante ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado em contrato em execução, que venha a ser indicado pela Entidade Adjudicante, pela ordem sequencial daquele procedimento.

CLÁUSULA 22.^a Comunicação e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português:
 - 1.1. Na fase de formação do contrato devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante;
 - 1.2. Na fase de execução do contrato, podem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção para o domicílio ou sede contratual das entidades a identificar no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto, constantes do contrato, deve ser comunicada à outra parte, por escrito e com aviso de receção.
3. No caso das comunicações do Fornecedor/Prestador de Serviços à Entidade Adjudicante, as mesmas devem ser dirigidas ao gestor do contrato, a identificar no contrato.
4. Qualquer comunicação efetuada através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados, considera-se feita na data da respetiva expedição, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante que sejam efetuadas após as 17 horas do local da receção ou em dia não útil nesse mesmo local, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

CLÁUSULA 23.^a Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 24.^a Legislação aplicável

**CADERNO DE
ENCARGOS**

31-03-2025

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023, de 14 de julho, e demais legislação aplicável.



**CADERNO DE
ENCARGOS**

31-03-2025

Parte II

Cláusulas Técnicas

CLÁUSULA 25.^a Enquadramento

1. Refere-se o presente documento às características a que deve obedecer a prestação de Bens/serviços fornecidos/prestados, onde consiste na implementação de estações de carregamento de viaturas elétricas dentro da área do Bairro Comercial Digital. A implementação de carregadores de viaturas elétricas em Torre de Moncorvo pode incentivar a adoção de veículos elétricos pelos seus habitantes e, por sua vez, aumentar o interesse por tecnologias limpas e sustentáveis. Adicionalmente, a instalação de carregadores de viaturas elétricas pode atrair mais visitantes e turistas que possuem veículos elétricos, estimulando a economia local através do aumento da procura por serviços locais, como hotéis, restaurantes e lojas.

CLÁUSULA 26.^a Objeto do Contrato

1. O contrato tem por objeto principal a “**Instalação de Painele Informativo com Carregador Eléctrico para Viaturas**”.
2. Instalação de **3 pontos de carregamentos duplos de veículos eléctricos**, com Painele Informativo cada, no Bairro Comercial Digital de Torre de Moncorvo, do qual resulta o direito de uso de 6 lugares de estacionamento, nos locais referidos neste caderno de encargos.
3. O objeto do contrato a celebrar encontra-se classificado, de acordo com o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), aprovado como anexo ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão Europeia, de 28 de novembro de 2007, com o seguinte código: - CPV: 65320000-2 – Exploração de instalações eléctricas.

CLÁUSULA 27.^a Capacidade Técnica do Adjudicatário

1. O Adjudicatário é responsável pela qualidade técnica, funcional e operacional dos bens/serviços fornecidos/prestados fornecidos/prestados, bem como pelo cumprimento do enquadramento legal aplicável a cada situação, correndo por sua conta a reparação dos danos e prejuízos causados por situações de incumprimento incluindo os decorrentes de eventuais perdas de garantia dos bens/serviços fornecidos/prestados abrangidos.
2. Para assegurar a execução do objeto da concessão, o Adjudicatário deverá manter a vigência do contrato celebrado com a **MOBLE – Rede de Mobilidade Eléctrica**, bem como a titularidade das certificações de qualidade, acreditações e quaisquer outras, cujos comprovativos deverá apresentar, conforme previsto no presente CE.

CLÁUSULA 28.^a Condições de Instalação a Assegurar pelo Adjudicatário

O Adjudicatário assumirá os custos de instalação e exploração dos pontos de carregamento, incluindo:

- Execução dos respetivos ramais dos PT aos locais dos 3 pontos de carregamentos ☐ Fornecimento e instalação de equipamentos e sinalética;
- Marcação no pavimento da simbologia de lugares reservadores a carregamento eléctrico;



CADERNO DE ENCARGOS

31-03-2025

- ▶ Instalação elétrica associada aos pontos de carregamento, exceto disponibilização de potência;
- ▶ Processo de certificação elétrica relativa aos pontos de carregamento;
- ▶ Licenciamento de projeto de instalações elétricas, caso necessário;
- ▶ Operação e manutenção dos pontos de carregamento para que estes estejam sempre operacionais.

CLÁUSULA 29.ª Pagamentos e Carregamentos

Com a celebração do contrato, bem como pelo cumprimento de demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Adjudicatário pagará ao Município de Torre de Moncorvo, mensalmente o valor correspondente à percentagem de retribuição apurada de 15% da Faturação Mensal.

Condições de pagamento

1. Por cada carregamento realizado por posto, o valor faturado ao utilizador é composto por diferentes componentes da mobilidade elétrica devidamente regulamentados:
 - a) **Energia** - Valor a faturar pela energia consumida durante o carregamento efetuado através de um cartão;
 - b) **Tarifas OPC** - valor faturado pelo Operador de Ponto de Carregamento (OPC) onde é realizado o carregamento do veículo.
 - c) **Taxas e Impostos**
 - d) **Tarifa Acesso às Redes**
2. Estes valores serão revistos a cada ano civil (janeiro) durante a execução do presente contrato.

CLÁUSULA 30.ª Requisitos Funcionais da Concessão

1. Os equipamentos instalados são propriedade do Município de Torre de Moncorvo, devendo o Adjudicatário fornecer a respetiva manutenção durante a execução do contrato.
2. Encontram-se excluídos da responsabilidade do Município de Torre de Moncorvo, quaisquer custos associados à manutenção dos equipamentos necessários à execução do contratualmente estabelecido.
3. O Adjudicatário obriga-se a garantir que os espaços designados à instalação dos equipamentos, previstos no presente Caderno de Encargos, destinam-se exclusivamente à instalação e exploração de postos de carregamentos públicos de mobilidade elétrica ligados à rede MOBI.E.
4. Todas as licenças e autorizações necessárias para instalação e exploração dos postos de carregamentos públicos de mobilidade elétrica ligados à rede MOBI.E são da responsabilidade do Adjudicatário.
5. O Adjudicatário obriga-se a cumprir toda a legislação em vigor referente à segurança de pessoas, bens e animais no âmbito da exploração dos postos de carregamento, legislação em vigor sobre a mobilidade elétrica, regras técnicas das instalações elétricas de baixa tensão e demais legislações que se venha a aplicar.
6. A manutenção e operacionalidade dos postos de carregamentos objeto do contrato são da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário.
7. Todas as obras e licenças necessárias à instalação e colocação dos equipamentos nos postos de carregamentos objeto do contrato são da responsabilidade do Adjudicatário.



CADERNO DE ENCARGOS

31-03-2025

8. Os postos de carregamentos objeto do contrato, serão geridos e explorados em regime de exclusividade pelo Adjudicatário.
9. O Adjudicatário fica obrigado a disponibilizar ao Município de Torre de Moncorvo uma plataforma de backoffice, ou solução análoga que viabilize mensalmente, monitorizar e aferir os dados dos carregamentos efetuados que permitam aferir a partilha de receita (euros), total de carregamentos, entre outros, necessários à monitorização eficaz dos serviços contratualizados.

CLÁUSULA 31.^a Requisitos Técnicos dos Equipamentos

1. O Adjudicatário deverá instalar os Pontos de Carregamento de acordo com as seguintes características, 1 PCR + 2 PCN:

Equipamentos de Tipologia Rápido – 1 Pontos de Carregamento

Potência: 50 kW;

Tempo de carregamento (carga máxima): 1 hora (consoante o modelo do veículo);

Duas tomadas, de acordo com a norma IEC 62196-2 e permitir carregamento trifásico, com corrente máxima de 32A por fase;

Equipamento de Tipologia Normal – 2 Ponto de Carregamento

Potência: Entre 7,5 kW e 22 kW

Tempo de carregamento (carga máxima): Entre 4 a 6 horas (consoante o modelo do veículo):

Duas tomadas, de acordo com a norma IEC 62196-2 e permitir carregamento trifásico, com corrente máxima de 32A por fase;

CLÁUSULA 32.^a Locais de Instalação dos Equipamentos

Os Pontos de Carregamento deverão ser instalados nos locais indicados a seguir.

- 1 - **Um Equipamento de Tipologia Rápido**, no Parque de Estacionamento das Amoreiras, em Torre de Moncorvo, entre a Caixa Agrícola e o Tribunal Judicial. O local de implantação é indicado na figura seguinte.



CADERNO DE ENCARGOS

31-03-2025

[Handwritten signature]

Coordenadas: 41°10'29.29"N 7° 3'10.35"W



2. Um **Equipamento de Tipologia Normal**, no Largo do Sagrado Coração de Jesus, em Torre de Moncorvo. O local de implantação é indicado na figura seguinte.

Coordenadas: 41°10'33.01"N 7° 3'9.87"W





CADERNO DE ENCARGOS

31-03-2025

3. Um **Equipamento de Tipologia Normal**, no Parque de Estacionamento Vasco da Gama, em Torre de Moncorvo. O local de implantação é indicado na figura seguinte.

Coordenadas: 41°10'26.40"N 7° 3'2.11"W



CLÁUSULA 33.^a Prazos e Isenções

2. Prazo execução e instalação **90 dias, com início no dia** da assinatura do contrato.
2. O **contrato mantém-se em vigor durante o período de 15 anos** a contar da data de celebração do contrato, em conformidade com os respetivos termos e condições, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da cessação do mesmo.
3. O período dos 15 anos a que se refere a alínea anterior, inicia-se com a celebração do contrato e não de forma individual por posto de carreamento.
4. Isenção de taxas de licença e OVP (ocupação via pública) durante o prazo do contrato.
5. Findo o prazo contratual o mesmo pode ser **prorrogável por mais 5 (cinco anos)**.

CLÁUSULA 34.^a Contactos

O Adjudicatário obriga-se a disponibilizar os seguintes contactos:

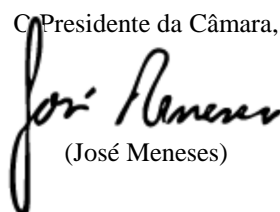
- Um número de telefone fixo de rede e um endereço de correio eletrónico (do escritório da empresa), que deverá garantir um atendimento personalizado, durante as horas normais de expediente;



CADERNO DE ENCARGOS

► Um número de telefone para contatos permanentes fora do horário de funcionamento dos serviços, fins-de-semana e feriados.

Presidente da Câmara,



(José Meneses)